



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Totaro, Paolo

A tensão entre cálculo e classificação como dinâmica da exclusão social

Ciências Sociais Unisinos, vol. 45, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 16-26

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93812719002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A tensão entre cálculo e classificação como dinâmica da exclusão social¹

Tension between calculation and classification as a dynamic of social exclusion

Paolo Totaro²
paolototaro@terra.com.br

Resumo

Como informa a lógica formal, cálculo e algoritmo são duas faces de uma mesma moeda. No entanto, o algoritmo sofre um descompasso das propriedades do cálculo quando lida com entidades irredutivelmente ontológicas, tentando sua formalização mediante a classificação. Se, por um lado, as exigências do cálculo engendram a classificação, por outro, se chocam com esta. Nas dinâmicas econômicas contemporâneas, o cálculo tende a excluir dos processos produtivos a rigidez da classificação (e os sujeitos nela envolvidos), mas promove a lógica classificatória no mercado e nos serviços públicos. Marginalizada na vida produtiva, a classificação é solicitada na vida privada e insere o indivíduo que se encontra socialmente desqualificado em um mecanismo que lhe confirma e amplifica a cada momento o valor negativo de sua condição.

Palavras-chave: desigualdade social, pobreza auto-reprodutiva, recursividade dos processos sociais.

Abstract

As the formal logic informs us, calculus and algorithm are two faces of the same coin. Nevertheless, algorithm suffers a forcing of calculus's properties when it deals with irreducibly ontological entities trying their formalization through the classification. If, on one hand, the requirements of calculus produce classification, on the other hand, they shock against this one. In the contemporaneous economic dynamics, calculus tends to exclude from the productive processes the rigidity of classification (and the subjects involved in it), but it promotes the classificatory logic in the market and public services. Obsolete in the productive life, classification is requested in the private life, and it inserts the individual who is socially disqualified into a mechanism that confirms and amplifies at every single moment the negative value of his condition.

Key words: social inequality, poverty self-reproduction, recursivity of the social processes.

¹ Trabalho apresentado no GT13 do XXXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2008.

² Doutorando em Ciências Sociais, Unisinos, RS, Brasil. Professor de Matemática Aplicada – Ministero Istruzione Università e Ricerca (MIUR), Itália.

Introdução

O pano de fundo deste trabalho é a convicção de que a *lógica recursiva* desenvolveu e desenvolve um papel de grande alcance na representação e na construção do mundo moderno. Para entender o sentido exato dessa ideia, é necessário especificar que, com *lógica recursiva*, alude-se a formações culturais historicamente determináveis, isto é, ao conjunto das teorias científicas, dos princípios econômicos, tecnológicos e operacionais que se fundamentam no conceito de *função recursiva*. Como se pode ver mais adiante, as ciências das linguagens formais afirmam que o cálculo com números e o conceito de algoritmo são equivalentes, e ambos são funções recursivas. Isso significa que, do ponto de vista aplicativo, tanto a representação matemática do mundo quanto os processos formais pelo quais se pode agir *sobre* e *no* mundo têm uma origem comum, e a função recursiva constitui essa origem. Esse resultado alcançado pelas ciências formais não pode ser descuidado pelas ciências sociais. Considerando seu possível significado sociocultural, ele não pode senão nos apontar que a *linguagem cognitiva dominante* (o cálculo matemático) e a *linguagem performativa dominante* (a lógica de processo pela qual se produzem e se utilizam muitos dos objetos de nossa vida cotidiana) têm uma lógica comum. A recursividade constitui essa lógica. Ela aparece constantemente nas formas como o homem moderno vê, produz e utiliza as coisas.

Contudo, a equivalência entre função numérica e algoritmo se extravia no encontro da *lógica recursiva* com o meio social. Aqui ela sofre sua degradação conceitual na impossível tarefa de reduzir entidades propriamente ontológicas – como as pessoas e as ações humanas – a seus processos, e gera um descompasso entre as perspectivas abertas pelo cálculo e as suas realizações econômico-sociais, buscadas pela classificação formal das pessoas e de suas ações. Ao longo deste artigo, acompanha-se a dinâmica dessa tensão entre cálculo e classificação, para desenvolver, na sua luz, uma análise da autorreprodução da exclusão social. Mas, antes, é preciso focar a atenção sobre o conceito de função recursiva, para destacar seu principal significado com referência à perspectiva teórica adotada. Fecha-se, portanto, esta introdução com uma breve digressão aparentemente distante do campo de interesse da sociologia.

Hofstadter (1994, p. 137), em seu livro de divulgação científica sobre as admiráveis propriedades da lógica formal e da teoria da computação, apresenta a recursividade como o “alocar-se de coisas entre coisas e suas variações”, a exemplo de quando se encaixam ao infinito, uma na outra, as imagens refletidas por dois espelhos colocados um em frente ao outro. Mas, quais são as regras que um processo deve respeitar para se chamar de recursivo? E, sobretudo, qual o princípio, o conceito que está na base da recursividade?

Cada processo recursivo pode ser reduzido a três *funções* (cf., por exemplo, Mendelson, 1981, p. 149-150). Duas destas, a *função zero* e a *função de projeção*, têm apenas a tarefa de proporcionar o primeiro termo do processo (inicialização), ao

passo que a terceira, chamada de *função sucessora*, constrói esse processo. Faz isso por meio de uma sequência de suas aplicações alocadas uma na outra a partir do termo inicial. Portanto, os resultados produzidos pela função sucessora são construções exclusivamente lógicas: o conteúdo de cada passo seu é somente seu próprio operar. Por exemplo, o conceito de sucessor na teoria dos conjuntos (Mendelson, 1981, p. 214) pode ser interpretado graficamente pela operação de *colocar entre colchetes* a sequência a cada passo já construída. Assim, o sucessor do 0 (conjunto vazio) é $\{0\}$. O sucessor deste último é o conjunto que se obtém colocando entre colchetes os dois elementos já gerados que, a saber, é dado pelo conjunto $\{0, \{0\}\}$. O sucessor deste, por sua vez, é $\{0, \{0, \{0\}\}\}$. E assim por diante.

Pode-se, assim, concluir frisando a característica da lógica recursiva que é central para entender seu tipo de ação sociocultural: um processo recursivo, uma vez inicializado, não gera nada senão a própria repetição da operação. Nenhum elemento ontologicamente autônomo vai se acrescentando a cada passo seu, ou, se por conteúdo considerar-se algo de externo ao operar lógico, pode-se dizer, simplesmente, que ele *não produz qualquer conteúdo novo*.

O cálculo e o distanciamento espaço-temporal

A chamada racionalidade da modernidade pode ser reconsiderada por duas vertentes que podem ser chamadas de *cálculo* e *classificação*. Elas são encontradas, na forma mais clara e distinta, em dois fenômenos sociais que Weber (1999) colocou no centro da modernização: o capitalismo racional e a burocracia. Com efeito, o primeiro tem seu guia no conceito de lucratividade, que é um princípio de cálculo; a segunda, na lógica de processo, a qual está fundada na formalização das operações conforme esquemas ordenados. Considera-se, nesta seção, o valor sociocultural do conceito moderno de cálculo.

Com a modernidade, emerge uma nova maneira de considerar a realidade que abre as portas à *modelização* matemática do mundo. O que é fundamental nessa passagem é que os olhos da mente enxergam, na experiência sensível e no agir prático, características absolutamente numéricas que a visão ingênua pré-moderna não conseguia enxergar. Acima de tudo, emergem a concepção do *espaço* e do *tempo* como extensões quantitativas que perpassam a natureza inteira. Para a escolástica medieval, o termo de referência do conhecimento era o objeto individual em sua unidade de matéria e forma (*sinolo*), e nada existia fora dele (substância individual). O espaço e o tempo eram concebidos apenas como atributos do objeto individual, a saber: o espaço, como o *lugar* por ele ocupado; o tempo, como a experiência do movimento ou a mudança do objeto. Uma das consequências dessa concepção era que a matemática, vista como pura e perfeita, passava a ser confinada no mundo ideal do pensamento abstrato, por ser julgada inconciliável com a irregularidade e a imperfeição dos corpos materiais singulares.

Ao contrário, na física galileiana, o objeto individual não mais tem qualquer importância. O elemento interessante para a cinemática não é o corpo – que é reduzido a um simples “ponto móvel” –, mas o movimento em si como *relação numérica* entre medidas tempo-espço³ (Cassirer, 1973, 1976). O espaço e o tempo, agora, se oferecem como os mediadores entre o mundo apenas *mental* da matemática e aquele apenas *corpóreo* dos sentidos. Com efeito, de um lado, espaço e tempo representam dimensões lógicas, vistos como *completamente esgotáveis* na quantidade e no cálculo; de outro, são dados intrínsecos e universais da experiência física. Por essa mediação do espaço e do tempo, a matemática sai de seu isolamento no mundo abstrato, para se tornar um potente instrumento de representação da realidade empírica.

Essa combinação sinérgica entre espaço, tempo e cálculo não foi apenas um fenômeno do mundo teórico, mas teve seu correspondente no mundo prático⁴. A característica distintiva do capitalismo moderno está, justamente, na capacidade de representar o mundo econômico e de governar suas forças por meio de parâmetros numéricos. Weber (1999, p. 68-76) define o capitalismo racional exatamente como uma prática da “economia aquisitiva” fundada no *cálculo monetário*. Mas, na sua forma moderna, esse cálculo não fica limitado à contagem do dinheiro que possui o capitalista antes e depois de uma operação econômica – para apreciar o lucro por ela determinado –, mas se desenvolve em técnicas contábeis de controle do valor atual dos investimentos. Desde a idade protocapitalista, o problema maior era a avaliação do *valor* do capital disperso no *espaço* e no *tempo*, ao longo de diretrizes comerciais sempre mais distanciadas. Crosby (1999, p. 188-189) relata casos de investimentos na produção de tecidos de lã que viajavam pelo mundo por até três anos antes de voltarem como produto acabado. Nesse meio tempo, qual seria o valor do capital? Nas situações mais comuns, os investimentos eram múltiplos. O problema da avaliação, *hic et nunc*, do capital, de saber se o valor total dos investimentos marcava um ganho ou uma perda, era de importância vital para o mercador da Baixa Idade Média. Isso não somente para conhecer seu patrimônio em um dado momento, mas, sobretudo, para conhecer o panorama geral da lucratividade dos investimentos possíveis. Só isso permitiria a *escolha* da estratégia empresarial visando à máxima lucratividade, que é o motor do agir capitalista. A solução do problema foi o balanço por *partidas dobradas*, em que, utilizando as palavras de Weber, (1999, p. 70)

[...] por medio de un determinado sistema de cuentas, se pone como base la ficción de procesos de cambio [...] y esta ficción es lo que permite técnicamente en su forma más perfecta el control de la rentabilidad de cada una de las medidas que pueden tomarse.

Giddens (2003, p. 179) destaca a presença, nessa técnica contábil, do conceito moderno de espaço-tempo quantitativo. A escrituração por partidas dobradas – diz Giddens (2003), parafraseando o conceito de Weber (1999) – atua como uma “espécie de máquina do tempo” que transfere a empresa em cenários e momentos diferentes, o que permite, para cada um deles, a avaliação e a verificação das margens de lucro.

Portanto, no capitalismo racional moderno, o cálculo atua em dois sentidos opostos. Por um lado, como é notório, na busca compulsiva da máxima lucratividade, amplia os mercados além de qualquer localismo e, por consequência, impõe o problema das *distâncias*; por outro, por meio do balanço e da contabilidade por partidas dobradas, reúne o valor do capital apesar de sua dispersão física no tempo e no espaço. Analogamente, na física moderna, o espaço e o tempo, como *dimensões coordenadas*, ultrapassam qualquer confinamento, mas não engendram mais o horror acarretado pelo conceito de “infinitude dos mundos” de Giordano Bruno (2002), pois, enquanto abrem a porta sobre o abismo do infinito, permitem sua redução teórica a ligações numéricas estáveis (Cassirer, 1976).

Resumindo, o cálculo, nas práticas capitalistas e na física moderna, desenvolve um papel análogo: (a) em ambos os casos, ele leva o espaço e o tempo além de qualquer confinamento local, de qualquer unidade ontologicamente determinada, mas, contemporaneamente, permite a *redução à unidade* e o *controle teórico* desse processo; (b) por ele, aparece uma nova fonte de *certeza teórica* sobre o conhecimento empírico que não é constituída pela *concretude* do objeto individual do mundo aristotélico, mas pela *evidência* lógica. Tanto na economia quanto na ciência moderna, a experiência do mundo não é mais uma representação imediata de objetos reais. Estes se tornam puras quantidades, a saber: na economia, *valores*; e na física, *massas*. A dinâmica dos valores e das massas vai sendo descrita mediante modelos numéricos proporcionados pelas dimensões coordenadas do espaço e do tempo.

Giddens (1991) aponta, de forma clara, a evolução social que acompanha a nova concepção do tempo-espço. Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o tempo constituíam uma unidade existencial graças a suas referências com o lugar. Os momentos que marcavam a vida cotidiana, pelo menos para a maioria da

³ Essa passagem pode ser lida de forma clara na *transformação simbólica* que a geometria vive nas mãos de Galilei. Essa ciência, que, na antiguidade, estava ligada ao estudo da *forma* dos objetos, se torna *expressão de ligações numéricas entre dimensões físicas*. Nos estudos sobre o movimento uniformemente acelerado, por exemplo, os lados dos triângulos não representam mais apenas os elementos desses polígonos, mas as medidas dos espaços e dos tempos percorridos. O que interessa, em suma, não é a figura em si, mas as relações matemáticas por ela representadas. Estas vão além do âmbito estritamente geométrico para ligar os *fenômenos dinâmicos do mundo empírico* com a mesma regra matemática que liga os elementos da figura (Galilei, 1980, vol. II, p. 727-768).

⁴ Seria possível até defender com força que o primeiro se origina do segundo, uma vez que a ciência dos séculos XVI-XVIII desenvolveu e sistematizou, em um corpo teórico, conceitos que já circulavam nos mercados e nas praças desde os séculos XIV e XV.

população, vinculavam sempre tempo e lugar; "*quando* era, quase universalmente, ou conectado a *onde* ou identificado por ocorrências naturais regulares" (Giddens, 1991, p. 25-26). Pela invenção e difusão do relógio mecânico, começa o processo de separação do tempo e do espaço da referência lugar. Com o relógio, de fato, ganha vida "uma dimensão uniforme de tempo vazio". De um tempo que agora se destaca das recorrências naturais e religiosas segue, necessariamente, um espaço desligado dos lugares de tais recorrências, e ambos adquirem a conotação de dimensões representáveis apenas *quantitativamente* (Giddens, 1991, p. 26). Essa concepção, rompendo a unidade ontológica do lugar, leva as relações sociais para fora dos contextos locais de interação, mas, ao mesmo tempo, reestruturam-nas "através de extensões indefinidas de tempo-espaço". Se as "fichas simbólicas" (como o dinheiro) e os "sistemas peritos" (sistemas possuidores e elaboradores de conhecimento abstrato), por um lado, descontextualizam as relações sociais impelindo-as rumo a um progressivo "distanciamento espaço-temporal", por outro, viabilizam sua recomposição nesse novo plano distanciado, outorgando instrumentos de mediação cultural e tecnológica (Giddens, 1991, p. 29 e s.).

Cabe, porém, destacar que o papel desenvolvido pelo cálculo fica em parte descuidado na análise de Giddens (1991). Dessa forma, toda cultura do cálculo do tempo poderia ser reduzida a uma simples consequência da introdução do relógio na vida social. Na realidade, essa ideia de que a afirmação da lógica de processo foi um efeito da invenção e da difusão das máquinas é um equívoco determinista sem fundamento. Como relata Cipolla (2005), os relógios e as lentes ópticas figuravam entre os poucos produtos que interessavam à China culta e refinada encontrada pelos mercantes europeus dos séculos da modernização, mas, de forma admirável, tratava-se apenas de um interesse de tipo lúdico:

Enquanto os europeus empregavam as lentes para construir microscópios, telescópios e óculos, os chineses se divertiam usando-os como brinquedos encantados. Igual comportamento tiveram com os relógios. Lentes, relógios e outros instrumentos foram inventados na Europa para satisfazer exigências experimentadas por um específico ambiente sociocultural. Na China, essas invenções apareceram de repente e de forma casual e os chineses as consideraram como estranhezas divertidas (Cipolla, 2005, p. 71).

Os chineses da época entendiam bem a utilidade prática de construir máquinas para a irrigação, mas não entendiam o interesse que os europeus tinham pelas invenções em geral. Na China, estas eram consideradas, na maioria dos casos, como "aparelhos esquisitos e complicados, concebidos pelo prazer dos sentidos" e que "não correspondiam a nenhuma necessidade fundamental" (Cipolla, 2005, p. 72). Na ausência de uma cultura orientada à quantificação e à mecanização como valores em si, o relógio não podia ser interpretado e usado da mesma forma como isso aconteceu no Ocidente protoindustrial, não podia alcançar o mesmo sentido social e o mesmo destino. Em geral, para uma máquina adquirir um significado social que a conceba como objeto útil e, com isso, alcançar uma difusão na sociedade, é preciso que

a atividade na qual ela esteja inserida já tenha sido organizada em processos ordenados *formalmente*, a saber, "é necessário que primeiramente os próprios homens se tornem mecânicos" (Walker in Cipolla, 1984, p. 205).

Embora seja inegável o papel central do relógio mecânico para a afirmação na vida cotidiana da ideia de tempo quantificado, a própria cultura do cálculo (e da formalização dos processos) foi uma condição e não uma consequência da aparição e da difusão dessa "máquina do tempo". Sem salientar isso, há o perigo de centrar a atenção apenas no retorno social da máquina, desconhecendo os processos socioculturais mais profundos que permitiram sua existência.

A tensão entre cálculo e classificação na lógica burocrática

A organização das operações em processos formalizados é o correspondente prático do cálculo. Adequar as práticas operativas às exigências do cálculo significa, antes de qualquer coisa, produzir um esforço ordeiro tendente a torná-las encaixáveis em esquemas abstratos.

Já em época protocapitalista, essa ligação aparece de forma clara. Quando, no século XIV, os relógios fizeram suas raras aparições na Europa (como sinos tocados por aparelhos mecânicos em intervalos regulares), já muitos "sinos de trabalho" – tocados a mão – tentavam impor ritmos formais ao povo dos laboratórios artesanais e, em geral, ao trabalho manufatureiro (Le Goff, 1980, p. 61-73). De fato, entre as necessidades da nascente economia baseada no cálculo do capital, teve um papel central a difusão do conceito de tempo entendido como *routine*. Com a formação de uma rede comercial o tempo do mercador da Baixa Idade Média se afastava do tempo da maioria de seus contemporâneos – representado pelas temporadas e pelas recorrências religiosas – para se transformar naquele de uma viagem de um mercado para outro e no tempo das oscilações dos preços. Para ele a regularidade nos tempos de abastecimento da mercadoria já era uma condição imprescindível para aproveitar as dinâmicas do mercado e tentar maximizar os lucros. Portanto, tornava-se necessária uma classificação dos tempos de trabalho a fim de garantir ordem, uniformidade e continuidade (Le Goff, 1980, p. 51-54). Em outras palavras, já emergia em toda evidência que a mediação entre o mundo abstrato do cálculo do capital e o mundo prático das operações da produção podia ser garantida apenas pela *lógica de processo*.

A ligação entre cálculo e processo não se apoia apenas em averiguações de tipo histórico, mas é confirmada pelas teorias das ciências formais. A lógica formal descobriu que o conceito de algoritmo (termo que designa um processo governado apenas por regras formais) e o conceito de função numérica são entre eles equivalentes, enquanto ambas são *funções recursivas*. De fato, por um lado, a *Teoria formal dos números* demonstra que o conjunto das funções numéricas coincide com o conjunto das funções recursivas e, por outro, a *Tese de Church* estabelece que

essa mesma coincidência existe entre as funções recursivas e os algoritmos (cf. Mendelson, 1981, p. 151, 275). Então, há a mesma lógica nos cálculos com números e nos algoritmos e tal lógica não é algo obscuro e indeterminado, mas remonta ao conceito de função recursiva, ou seja, a um conceito definido exatamente. É demonstrado que ele está na base de qualquer formalização operativa, *tanto que se trate de cálculo no sentido comum da palavra, como de uma operação formalizada que lide com objetos não numéricos*.

Porém, no mundo social, as funções recursivas apresentaram diferenças entre o fenômeno do cálculo e o da formalização dos processos. Enquanto o cálculo lidou com unidades abstratas completamente reduzidas a quantidades – e, portanto, completamente “esgotáveis” na lógica da recursividade (como no caso de tempo, espaço, massa e valor) –, os processos formalizados lidaram com pessoas e ações, isto é, com unidades ontológicas irreduzíveis, de forma completa, a dinâmicas exclusivamente lógicas. O instrumento para tentar moldar entidades vitais a uma lógica abstrata foi a *classificação*. Já nos primórdios da mentalidade moderna essa tentativa apareceu como uma coação. A simples classificação dos momentos principais do dia de trabalho – o começo, o fim e a interrupção para o almoço – bastou para provocar profundas divergências sociais. Às vezes, aos atos administrativos que impunham a instalação de sinos nas torres das cidades, com o objetivo específico de marcar aqueles tempos básicos, seguiram-se deliberações em sentido invertido, pelas quais se permitia “acabar o trabalho quando quiser”, ou se prometia suspender para sempre os toques do sino para que “não nascesse mais escândalo nem conflito na cidade e na igreja” (Le Goff, 1980, p. 64-65). Ao final, como documentado por Thompson (1967), foi somente por obra de uma longa atividade de aculturação moral e de obrigações políticas que a cultura do trabalho como disciplina formal estritamente temporizada se impôs, entre os séculos XVII e XIX, sobre aquela orientada por tarefas, típica da dimensão de comunidade. Esse fato possibilitou a pretensão de aplicar o ideal performativo constituído pela *organização burocrática*.

O choque entre o “fator humano” e a lógica burocrática não depende das relações de produção capitalistas em si mesmas. Isso hoje aparece evidente. Em primeiro lugar, porque, como já prognosticado por Weber⁵, no mundo socialista o sofrimento social causado pelo domínio organizacional das “cadeias de comando” e das “cadeias de montagem” não foi, e não é, menos agudo do que o do mundo capitalista. Em segundo lugar, porque, como se vê mais adiante, hoje é o próprio capital que se dá conta de que a *rigidez* da classificação burocrática é um obstáculo para seus planejamentos. O choque entre o fator humano e o modelo burocrático é causado, antes, pela contradição interna desse modelo. De fato, ele implica, por interferência da classificação, a intrusão indébita de elementos ontológicos, enquanto, por se basear em uma lógica que pretende ser recursiva, não deveria

admitir conteúdo autônomo nenhum, conforme é esclarecido na introdução.

A teoria clássica da organização (para melhor entender, aquela inspirada no taylorismo) atuou na tentativa de algoritmizar o trabalho, mergulhando no equívoco de que a classificação burocrática constitui a forma certa para transferir, no campo performativo, as conquistas que o cálculo alcançou no campo cognitivo. Na sua intenção, a redução do elemento humano a peças da máquina produtiva permite maximizar sua eficiência, pois o funcionamento de uma máquina é governável pelo cálculo. Mas esse princípio entrou em crise, justamente, pela sua ineficiência. Emergiu, de forma clara, que a pretensão de classificar o trabalho humano, para reduzi-lo à unidade de cálculo, causa um desperdício estrutural de recursos (ver, por exemplo, Selznick, 1948; Blau, 1956; Blau e Scott, 1962). Finalmente, a teoria contemporânea da organização trouxe à tona – na esteira dos conceitos de Porter (1985) de “cadeias de valor” e “sistemas de valor” – a existência de significativos “valores agregados” ocasionados pela organização em *partnership* e pelo trabalho em horizontal (Johnston e Lawrence, 1988), a saber, por lógicas opostas àquela da burocracia.

A classificação não tem nada de contraditório até o ponto em que se fixa no plano ontológico. De fato, ela, ao constituir a origem da representação espontânea do mundo, outorga toda certeza de tipo imediato. Bourdieu (2007) esclarece esse conceito. A eficácia do *habitus* decorre, justamente, do fato de seus esquemas de *classificação* da realidade atuarem antes do plano do discurso, antes da reflexão consciente. Eles, por serem o resultado da incorporação inconsciente das práticas sociais, organizam a experiência do mundo – e nossa postura no mundo – de forma igualmente espontânea, automática, e constituem a fonte originária da certeza ontológica. O fato de a classificação gerar contradições está ligado à pretensão de inseri-la nos processos recursivos, os quais não admitem conteúdo ontológico nenhum. Isso aconteceu sob a pressão das exigências da cultura dominante que foi – e continua sendo – cultura de cálculo.

Portanto, está errado representar, como faz Bauman (1999), por exemplo, as contradições da classificação fora desta tensão com o cálculo, e simplesmente identificar com ela a modernidade e o fracasso de seus projetos. A argumentação de Bauman (1999) se move ao redor do conceito de que a classificação deixa sempre áreas de “ambivalência”, que voltam de forma mais obstinada e solapadora quanto maior for o esforço para eliminá-las. Mas essa leitura colhe somente um aspecto das características que marcam a racionalização. Com efeito, os limites desta última não atingem o cálculo quando é aplicado a entidades – como o espaço, o tempo, o valor de troca e a massa física – que se dissolvem completamente na quantidade. Aqui, a redução formal não gerou ambivalência alguma, alcançando até o *detalhe infinitésimo*. A tentativa de calcular o valor da velocidade ou da aceleração por intervalos de tempo pequenos quanto se queira, não encontrou qualquer área de

⁵ “[...] el desmontaje del capitalismo privado no significaría en modo alguno la ruptura de la jaula de hierro del moderno trabajo fabril” (Weber in Habermas, 1988, p. 481).

ambivalência. Ela produziu o conceito matemático de função derivada pela qual se tornam determináveis os valores do movimento de um corpo em um tempo instantâneo, isto é, no menor intervalo de tempo imaginável. O que aparecia uma insanável contradição (no instante o tempo deveria desaparecer e, com ele, o movimento) encontrou uma solução justamente pelo cálculo ser capaz de se aproximar infinitamente a um valor limite até lhe permitir indicá-lo com exatidão⁶. O detalhe, que constituiu um obstáculo irredutível para a classificação, representou a passagem fundamental para a descrição matemática da natureza. Mesmo considerando os problemas de indeterminação com os quais chocou a física subatômica, o cálculo continua sendo a única via de saída. De fato, emerge de forma sempre mais clara que tais dificuldades dependem de representações intuitivas dos dados. A física está progredindo muito na superação dos problemas quânticos, exatamente, ao deixar de lado todo conteúdo ontológico ainda presente em suas teorias e confiando, exclusivamente, no cálculo: ela não mais se limita a trabalhar com apenas as quatro dimensões do tempo-espaco de que temos experiência direta e conseguimos visualizar, mas, sim, com um número maior de dimensões (dez) que são definíveis exclusivamente como parâmetros matemáticos e que não são representáveis pelos sentidos e pela imaginação (Kaku, 2004).

O cálculo pode agir em uma condição de potencial coerência lógica, enquanto a classificação, perseguindo os cenários outorgados pelo cálculo, age em um permanente conflito entre a dimensão lógica e a ontológica. David Harvey (1992) ilustra como o cálculo da lucratividade impeliu uma constante aceleração do "tempo de giro do capital" (o tempo de produção associado com o tempo de circulação da troca), conforme o princípio: "quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido" (Harvey, 1992, p. 209). Essa espécie de compressão dos tempos – continua Harvey (1992) – viu-se acompanhar, de forma inevitável, de uma compressão do espaço, consistindo na eliminação de todas as barreiras que atrapalhavam a velocidade de circulação da mercadoria. A racionalização do espaço e do tempo permitiu entrever sempre novas possibilidades de se tornarem mais velozes e estendidos a produção e o comércio. Além disso, disseminou uma visão do mundo flexível a respeito dessas exigências. Contudo, o impulso da economia nessa direção se realizou de forma descontínua e foi marcada por crises periódicas, enquanto as estruturas físicas e o trabalho humano representaram sempre, para ela, elementos persistentes de rigidez (Harvey, 1992, p. 210). Em geral, as argumentações de Harvey (1992) estão perpassadas pelo conceito de que a modernidade teve sempre que lidar com a discrepância entre as exigências dinâmicas do capital e as formas fixas da realidade concreta, na qual a racionalização era obrigada a se cristalizar. Em outras palavras, a lógica recursiva, quando tenta formalizar o fator humano, acaba por cristalizar os processos operativos, gerando, em sede de classificação, aquela rigidez que não sustenta em sede de cálculo.

A recursividade da desigualdade social

(a) As consequências sociais da "purificação" lógico-recursiva da economia

Há um enunciado na *Teoria da computação* que afirma que qualquer sistema recursivo pode ser expresso por uma linguagem de apenas dois signos gráficos (Davis, 1974, p. 139), a saber, pode ser expresso na linguagem de 1 e 0 dos calculadores. Na base dessa propriedade, hoje, a lógica recursiva se expande sempre mais no mundo da troca das informações e do conhecimento. Até as imagens se tornam, pela digitalização, objetos recursivos. Por essa revolução, a economia é sempre mais ligada à produção de informações e conhecimentos. As competências ligadas, por certa rigidez, a um determinado passo de um processo configuram hoje grupos sociais que perdem progressivamente utilidade social, ao passo que as competências na captura, elaboração e transmissão das informações e conhecimento configuram grupos sociais bem integrados no desenvolvimento econômico (Lash, 1997, p. 156-163).

Na época da "acumulação flexível do capital" (Harvey, 1992) o cálculo se livra sempre mais da contaminação com os objetos concretos. James Roderick, presidente da US Steel, disse, ainda em 1979, que "os dirigentes da empresa devem fazer dinheiro e não aço" (Harvey, 1992, p. 150), aludindo, com essa frase, à necessidade de os investimentos se livrarem da ligação com um determinado *target* de produção. Nas últimas décadas, pela prática das fusões industriais, mas, sobretudo, por meio de um complicado sistema de empreitadas e *counseling*, o trabalho rígido e especializado está cada vez mais se deslocando para pequenas empresas que têm grande liberdade de iniciar ou encerrar uma atividade e de mobilizar os trabalhadores, tornando o grande investimento algo de distante das determinações concretas. O grande capital pode mudar com facilidade seu mercado de referência e a forma organizativa da produção, redirecionando os fluxos financeiros a empresas contratadas no setor e na área geográfica mais lucrativas no momento (Harvey, 1992, p. 135-162). O resultado é uma *separação* entre os grandes investimentos e as pessoas que são envolvidas por eles.

Então, tanto o capital quanto o trabalho (que lida sempre mais com símbolos de tipo informacional) se destacam progressivamente de objetos e pessoas como entidades ontológicas. Para entender o sentido desse processo nos termos mais gerais, deve-se lembrar o que se afirma na introdução: a função recursiva não tem conteúdo ou objetivo material algum. Seu único conteúdo é sua própria lógica de construção do processo. É exatamente isso o que está acontecendo com o capital e o trabalho. Estes se tornam sempre mais próximos à lógica recur-

⁶ Analogamente, na economia, os conceitos da *utilidade marginal* se baseiam na capacidade de o cálculo diferencial detalhar os parâmetros do último de uma sucessão de bens tão extensa quanto se queira.

siva em sua forma pura, ao deixar de ter conteúdos materiais. O capital não tem mais rosto, lugar, tempo, *target* de produção. Como diz Bauman (2001, p. 170-178), ele é "volátil", viaja com uma mala 24 horas e muda de lugar na hora pelos *notebooks* e telefones celulares. O trabalho, por sua vez, não tem objetos materiais, mas virtuais (em última análise, funções numéricas), é sempre menos classificável e duradouro e não tem mais um adversário social, nem um companheiro de luta no membro da classe operária. Ambos aparecem dissolvidos em mecanismos sociais abstratos, demasiadamente complicados para serem entendidos e que não coincidem com pessoas e grupos sociais materialmente representáveis. Parecem se confundir com a lógica do sistema.

Por consequência, há uma perda evidente de referenciais sociais. O trabalho, marcado pela precariedade e pela insurgência contínua de formas abstratas de competência profissional e pela obsolescência do trabalho rígido, causa insegurança e perigo constante de deriva social. A pesquisa sociológica promovida pela comunidade europeia não fala mais de desigualdade como um conjunto de posições estáticas na pirâmide social, mas como um complexo de processos *dinâmicos*, trajetórias de vida que "conduzem alguns indivíduos a um acúmulo de desvantagens (*handicaps*) e outros a um acúmulo de vantagens" (Paugam, 1999a, p. 50). A "exclusão social" não pode mais ser estudada sem ser complementada com conceitos como o de "desqualificação social" (Paugam, 1999a, p. 60) que remetem à ideia de uma progressiva saída da condição de segurança socioeconômica. Nos bairros operários, não há mais o cimento social da solidariedade de classe. O deslocamento das indústrias ao redor das quais esses bairros foram edificados, além de ter gerado consequências econômicas, determinou perda de sentido social e de laços solidários:

Nas áreas em que as indústrias têxteis, metal-mecânica, automobilística, química ou siderúrgica fecharam suas portas, os moradores que puderam sair, assim o fizeram, lá permanecendo aqueles que não tinham a alternativa de partir destes bairros, que passaram a ser chamados de "difíceis" ou "sensíveis", para permanecer nas designações oficiais mais frequentes. Nessa conjuntura acirrada nos anos 1980 e 1990, desarticulam-se as formas associativas que sedimentavam identidades assentadas no trabalho assalariado e na vida comunitária: trata-se de um enorme processo que Castel denomina crise da sociedade salarial (Kowarick, 2003, p. 71).

Estas áreas urbanas, que se originaram sob o impulso da grande indústria fordista, agora, na época da acumulação flexível, veem se expandir "o tédio, a chatice e o vazio da existência" que, em certas ocasiões, levam os jovens à ira e ao ódio generalizado, explodindo em incontrolada violência urbana. Jovens desempregados ou trabalhando de forma precária, "saltitando de estágio em estágio profissional" e que assumem comportamentos caracterizados "pela falta de civismo em relação à família, à escola, ao prédio e ao bairro em que vivem", expressam pela rebelião violenta um desespero

que não reivindica nada e que se dispersa em "agitações sem objeto" (Kowarick, 2003, p. 71-72).

Aqui, porém, cabem algumas perguntas: esse "ódio generalizado" tem sua raiz apenas em um "vazio da existência"? Corresponde a verdade que não se propõe objetivo específico nenhum? As formas de rebelião expressadas pelas populações excluídas ou envolvidas em um processo de desqualificação social parecem ter um marco comum. Não será esse marco uma *rejeição da classificação* entendida – segundo o que indica este artigo – como degradação conceitual e social da cultura lógico-recursiva? A exclusão social está presa numa morsa constituída, de um lado, pelo cálculo do capital e, de outro, pela classificação burocrática e consumista. O primeiro, como já visto, gerando rápida e mudável obsolescência das figuras sociais; o segundo, atraindo esses indivíduos obsoletos para a área da exclusão, bem como ancorando os já excluídos a essa condição. Nas próximas seções, analisa-se como essa ação de aceleração e estabilização da exclusão é feita pela classificação por intermédio de círculos viciosos encaminhados pela burocracia e pelo consumo.

(b) Os círculos viciosos da burocracia e do consumo

O resultado característico da degeneração classificatória é a produção de círculos viciosos, os quais deixam suas vítimas sem possibilidades de saída. Já com referência às contradições da burocracia, Crozier (1981) destacou de forma aprofundada esse aspecto. No mundo social uma máquina lógica outorga liberdades materiais muito amplas nos vazios que a classificação formal, inevitavelmente, é obrigada a deixar. São nesses vazios que germinam e se desenvolvem processos informais e estratégias pessoais de poder que contradizem os princípios recursivos. Por consequência, os indivíduos que estão mais subordinados à lógica do processo se encontram numa posição de vulnerabilidade maior, não somente frente às regras formais, como também frente a tais poderes informais. O que gera os círculos viciosos é a resposta da lógica burocrática que visa a obrigar os elementos que ainda escapam do algoritmo a ele regressar. De fato, com a permanência naquela lógica, não é possível enfrentar as disfunções senão exasperando aquela própria formalização. Esta – incapaz de ter em conta o fator humano – constitui a origem dos poderes informais que pretende combater, os quais, assim, vêm reforçar as condições de sua formação e enraizamento. Por consequência, há um acentuado distanciamento entre o âmbito formal e o material. Em virtude disso, quem já estava cristalizado na classificação e fora dos poderes informais vê acentuar-se essa sua condição. Em outros termos, os indivíduos socialmente mais fracos se tornam ainda mais fracos.

Ora, a verdadeira força de penetração da lógica burocrática não decorre da submissão dos funcionários a seus algoritmos, mas vem do fato de ser veiculada fora das organizações mediante a

atividade de serviço ao cidadão⁷ (ou ao cliente). Portanto, embora o mundo da grande indústria esteja desaparecendo e a organização, rigidamente formalizada, da produção de bens materiais esteja em crise, a ação da administração pública e privada continua difundindo a lógica da classificação (e os círculos viciosos que a caracterizam)⁸ em medida tanto maior quanto for a abrangência de seus serviços.

Mas a lógica da classificação invade hoje a sociedade por meio, também, de outro canal: aquele representado pelo consumo. Como foi destacado pela escola de Frankfurt, o mecanismo que transfere a lógica classificatória da organização para a sociedade em geral funcionou, na idade da alta industrialização, não somente pela burocracia administrativa, mas, em geral, pela produção de bens, sejam eles materiais ou virtuais. O modelo da produção em escala se refletiu no mercado como consumos de massa, banalizando em classificações padrão até os objetos da produção cultural (Horkheimer e Adorno, 1966). Progressivamente, no setor da distribuição, os supermercados monopolizaram o comércio varejista e funcionaram como uma linha de montagem cujo produto acabado era, e continua sendo, o carrinho cheio do cliente saindo dos caixas. Porém, a partir do supermercado aconteceu uma transformação cultural de extrema importância, a qual acabou por engendrar uma formalização classificatória decorrente especificamente do consumo e, portanto, não somente oriunda da lógica organizacional da esfera produtiva. No *drugstore* – diz Baudrillard (2007) – o consumidor encontra-se, em um primeiro momento, ante uma fileira de objetos que o deixa sem referência, sem critério de escolha, suscitando nele “constrangimento de inércia”. Assim o consumidor, “de maneira lógica, encaminhar-se-á de objeto para objeto. Ver-se-á apanhando num *cálculo de objeto*” cujo escopo é a maximização de sua posição pessoal na classificação social (Baudrillard, 2007, p. 17). Aqui, tal como acontecia com a classificação burocrática, a classificação consumista gera círculos viciosos. De fato, por ela, o consumidor encontra-se inserido em um *feedback* negativo: o sistema dos *media*, de um lado, age sobre a pretensão a uma *personalização* da diferença e, de outro, proporciona modelos padronizados como referências para satisfazê-la (Baudrillard, 2007, p. 88-89). Isso significa que o “cálculo dos objetos” abre uma contradição entre seu objetivo (a diferenciação pessoal) e os meios para alcançá-lo (as classificações massificadas pela indústria dos consumos). Trata-se de um mecanismo estruturalmente insatisfatório. A reiterada procura de uma valorização individual através de outros atos de consumo acaba por reforçar o mesmo tipo de necessidade que se quer satisfazer

(ou sedar). O pedido de auxílio ao “saber experto” da “moda” é sem êxito, pois representa a origem e não a solução do problema.

As duas formas de classificação (e círculos viciosos) aqui destacadas alcançam, hoje, um domínio cultural sem precedente, por dois motivos: em primeiro lugar, a crise do mundo da grande indústria impeliu uma virada para uma economia caracterizada pela expansão de serviços burocráticos e de consumos simbólicos; em segundo lugar, nessa mesma passagem, que Bauman (2001) chama de “modernidade sólida” para “modernidade líquida”, a classificação, deixando de se apresentar como elemento central da vida das grandes organizações, se torna um problema pessoal (embora afete grandes massas sociais), com evidente enfraquecimento do poder do indivíduo frente a ela.

(c) Os círculos viciosos da educação excludente

As manifestações de rebelião e de reação violenta à exclusão são, na maioria dos casos (ver, na próxima seção, as relatadas por Kowarick, 2003), dirigidas contra os símbolos do consumo e do aparato burocrático. Dessas manifestações as que mais chamam atenção são as que lidam com a burocracia. De fato, enquanto é evidente o poder excludente do consumo, aquele da burocracia é, pelo menos, ambivalente, pois cabe à administração pública (na maioria dos casos é organizada burocraticamente) a tarefa de permitir a integração social e não dificultá-la. Em particular, o enfoque recai sobre as instituições prepostas à educação e aos serviços de assistência social. Nesse esforço de promover a integração, tais instituições se movem no plano da classificação e reproduzem aquelas desigualdades que deveriam contrastar. As escolas que trabalham em contextos sociais de desvantagem não transferem *handicaps* aos alunos tão-somente pela incapacidade de oferecer um ensino de qualidade, como se achava até o início da década de 1990 (Lopes, 2005). Trata-se de um mecanismo de segmentação que atua de forma mais sutil e, contemporaneamente, mais brutal e que lida não com o conteúdo de conhecimentos e competências, mas com o próprio fato de a instituição pertencer a uma área socialmente desqualificada. O princípio da classificação ligada à lógica de processo é formal e não cuida dos conteúdos.

A teoria econômica do capital humano tem nisso seu limite. Essa teoria valoriza ao máximo o papel econômico da formação do indivíduo e interpreta-a como um investimento para o futuro,

⁷ Quando Weber (1999, p. 741) diz que “a burocratização é o meio específico para transformar um “agir de comunidade” em um “agir social” ordenado racionalmente”, não se refere apenas a sua capacidade de submeter a regras formais os funcionários e os empregados que trabalham em suas repartições, mas, sobretudo, a de transferir essa submissão aos “dominados”. O “nivelamento” para um tratamento igualitário dos cidadãos, característico da burocracia, representa a repercussão social da exigência da lógica algorítmica de padronizar o elemento humano, de recusar “em linha de princípio uma solução caso a caso” (Weber, 1999, p. 738). Uma vez que o aparato predispõe o serviço conforme princípios formais, não somente os atos referidos à produção do serviço, mas também os referidos à sua fruição devem ser coerentes com tais princípios. Dessa forma, assim como os funcionários, também os usuários se encontram vinculados ao passo algorítmico, transformando em um “fenômeno de massa” a classificação e os círculos viciosos que o acompanham.

⁸ A tensão entre “cliente” e funcionário, como um elemento do círculo vicioso que, mais em geral, se estabelece entre regras formais e poderes informais, foi analisada, entre os primeiros, por Merton (1995, p. 277-285).

fundamental quer pelas aquisições de renda pessoal, quer para o ciclo econômico no seu complexo. Já uma vertente dessa teoria, a da *escola credencialista*, desloca a argumentação central para a classificação formal: o que interessa ao empregador, ao preferir trabalhadores com um melhor nível educacional, não é tanto o patrimônio de conhecimentos e competências (que “não é diretamente observável”), quanto o fato de que boas credenciais educacionais constituem uma variável de triagem para centrar as escolhas em candidatos com “maior motivação pessoal, maior confiabilidade, maior capacidade de adaptação a regras institucionais etc.” (Ramos e Reis, 1991, p. 29). Em outras palavras, as boas credenciais são, como tendência, o marco de uma melhor adaptabilidade do indivíduo aos processos formais.

No entanto, como destacam Ramos e Reis (1991, p. 29), “embora veemente, a crítica credencialista não chega a abalar a essência da teoria do capital humano”, de fato, ela também aponta, “por um motivo ou por outro, diferenciais de renda associados à educação”. Em certo sentido, o credencialismo poderia até ser considerado como uma vertente extrema dessa teoria, visto que, para ele, já o simples valor burocrático da formação basta para induzir maiores possibilidades de obter rendas. Contudo, Ramos e Reis (1991, p. 30) colocam-no na mesma trilha dos modelos econômicos antagônicos à teoria do capital humano. Tais modelos postulam uma segmentação *a priori* do mercado do trabalho, a saber, mais dependente da área de proveniência – setorial e regional – da formação, do que de seu valor propriamente educacional. O elemento de contiguidade entre o credencialismo e esses modelos está na hipótese de o valor de referência ser constituído pela capacidade do trabalhador de bem integrar-se na organização das firmas. Uma vez admitida essa prioridade é imaginável que o mercado diferencie os trabalhadores pela proveniência geográfica e/ou social, tendendo a descartar ou a remunerar menos os que provêm de áreas e de instituições de ensino socialmente desqualificadas (Ramos e Reis, 1991, p. 30). Com base nessas teorias pode-se deduzir que o baixo nível educacional que frequentemente marca essas instituições funciona mais como um sinal de desvantagem do que como um efetivo fator de exclusão econômico-social, ao passo que o aspecto formal de sua existência – área geográfica, social e setorial de pertencimento – constitui um fator excludente efetivo, não apenas simbólico, mas de fato operante no mercado. A classificação formal que atua no mundo do trabalho se reflete no mundo social, onde gera estigmas dos quais os portadores estão conscientes e cuja marcação é executada, de forma principal, pelos aparatos burocráticos.

(d) Os círculos viciosos da pobreza “classificada”

Em todas as formas de pobreza, há, do ponto de vista do indivíduo (ponto de vista microsociológico), incompreensão ou desconfiança quanto aos princípios que regulam os aparatos burocráticos. De outro lado, do ponto de vista da ação coletiva (macrosociológico), esses aparatos inclinam-se a consolidar a desigualdade social, em lugar de combatê-la.

Paugam (1999b, p. 97) subdivide a pobreza em três tipos ideais: a pobreza integrada, a pobreza desqualificante e a pobreza marginal. A pobreza integrada é caracterizada por atingir uma grande parte da população na sociedade. Os pobres formam um grupo social vasto e, por isso, não há mecanismos de “estigmatização”. Todavia, do relatório de Paugam (1999c), pode-se constatar como nos países do Sul da Europa, que, tipicamente, apresentam pobreza integrada, os princípios “racionais” da burocracia não são aceitos, nem sequer percebidos. A existência e os atos das instituições são considerados mais como expedientes para ganhar renda (de forma imprópria) do que como recursos para alcançar a integração social. O clientelismo é o mecanismo pelo qual no sul da Itália, por exemplo, há esse esvaziamento do sentido legal da burocracia. Prevalece uma visão patrimonial do cargo público que liga, como assinalado por Paugam (1999c, p. 94-95), o recebimento de uma assistência (na maioria dos casos, em dinheiro) a um sistema de troca de favores, frequentemente ligado a competições eleitorais, mas, em geral, fundamentado na superioridade da relação pessoal e de afiliação comunitária sobre a relação burocrático-legal. O círculo vicioso que, em geral, se estabelece entre classificação formal e poderes informais é, nesse caso, representado pelo fato de a classificação de pobre, aplicada pelos aparatos, permitir a manutenção de mecanismos sociais de caráter feudal, fato que a transforma, assim, em um potente instrumento de reprodução das condições sociais que originaram essa mesma pobreza.

É possível que se ache, frente ao exemplo do caso do Sul da Europa, que esse caráter da burocracia de funcionar como um meio de reprodução da pobreza esteja ligado apenas a situações de atraso histórico-social e que ali o instrumento burocrático acabe por desatender sua tarefa somente em consequência do geral estado pré-moderno da cultura e das seculares sedimentações econômico-sociais. Entretanto, ao se focalizar o caso dos EUA: cultura puritana e máximo desenvolvimento – em sentido moderno – do planeta, aqui mesmo, e de forma mais evidente, a classificação formal de pobre conduziu a reforçar aquelas específicas posições socialmente problemáticas que teriam de ser solucionadas. As medidas assistenciais dos governos democráticos da década de 1960 catalisaram os comportamentos sociais dos pobres ao redor das figuras formalmente definidas como merecedoras de suportes econômicos. As ajudas a desempregados e a mães solteiras afrodescendentes causaram uma tendência nos indivíduos das camadas baixas a permanecerem desempregados e a não se casarem caso tivessem filhos. Tais fatos permitiram que, “culpando as vítimas” por uma suposta inclinação à indolência, os setores conservadores pudessem defender a inutilidade de qualquer forma de política de bem-estar (Kowarick, 2003, p. 62-69).

A segunda tipologia de pobreza apontada por Paugam (1999d) é a desqualificante, isto é, a afetada por um processo de progressiva perda de seguranças econômicas e laços sociais. É o tipo de pobreza que mais emerge em nossa época de “acumulação flexível”, na qual as pessoas, “repelidas pela esfera produtiva, [...] acumulam diversas desvantagens” (Paugam,

1999b, p. 99-100). A renda insuficiente leva, frequentemente, a um enfraquecimento dos laços familiares e das redes sociais privadas de mútua assistência, causando problemas de moradia e de defesa da saúde, além de "uma participação inconstante em toda forma de vida social institucionalizada" (Paugam, 1999b, p. 100-101). O autor liga essa perda progressiva de laços sociais ao conceito de Marcel Mauss (2001) da reciprocidade das "dávivas" como sistema de engajamento social. "Parece que a questão da solidariedade se destaca ao se aproximar da noção de *dar, receber e devolver (dar/receber de volta)* [...] [e que] uma relação de solidariedade será tanto mais forte quanto mais desenvolvida for a relação de reciprocidade" (Paugam, 1999b, p. 107). É por isso que as pesquisas relevam uma esquisita proporcionalidade inversa, segundo a qual os "trabalhadores desempregados por pouco tempo [...] são os que recebem mais grau de auxílio" e "os desempregados por mais tempo recebem menos ajuda da família" (Paugam, 1999b, p. 108).

Em uma sociedade na qual, como já foi destacado, a classificação formal invade a vida privada mediante o consumismo e a lógica burocrática, o sujeito envolvido em uma trajetória de desqualificação vê se confirmar sua condição de insolvente social a cada momento. Ele não pode restituir o que precisa pedir, não constitui uma referência confiável para os outros e, por isso, na vida destes, ele é uma existência marginal. Como Paugam (1999b, p. 100) destaca, o desqualificado tem os instrumentos para decodificar a linguagem classificatória melhor que os que vivem a exclusão como condição estável e atávica. Ele percebe seu *estar fora* do sistema e pode reagir com a violência urbana, assinalada por Kowarick (2003, p. 71-72), furtando e queimando automóveis de luxo, como no caso emblemático do verão de 1981, na periferia de Lyon, ou voltando sua cólera contra "os agentes públicos, professores, assistentes sociais" e a polícia. Todos símbolos de consumo e de ordem burocrática. Esse desqualificado pode até rejeitar a assistência social pelo próprio fato de ela se tornar um estigma marcante no conjunto de suas relações com os outros. Falando sobre a pobreza como processo de desqualificação social, Paugam (1999d, p. 64) diz:

Os pobres são, por consequência, mais ou menos constringidos a viver sua situação em isolamento. Procuram dissimular a inferioridade de sua posição em sua vizinhança (entorno) e mantêm relações distantes com aqueles que estão próximos de sua condição. A humilhação lhes impede de desenvolver qualquer sentimento de pertinência a uma classe social.

O consumismo e a burocracia impelem o desqualificado rumo ao polo negativo de sua tensão moral e social. Entre a possibilidade da reintegração e o abismo da exclusão, a classificação formal gera uma força de inércia na direção da segunda. Ela propõe uma visão do mundo que fixa e amplia os próprios mecanismos sociais dos quais o sujeito desqualificado é vítima, dramatizando e reduzindo a tais mecanismos a interpretação de sua trajetória de vida.

O último tipo de pobreza é a que Paugam (1999c) chama de marginalizada. Este tipo de pobre é o que já está fora do sistema. Na Europa, trata-se de grupos restritos e fortemente estigmatizados, como acontece nos países escandinavos: eles são "casos sociais" (Paugam, 1999c, p. 86). Em certo sentido, é exatamente nesse tipo de pobreza que até a intervenção dos aparatos burocráticos pode alcançar alguns resultados, pois, nesse caso, a capacidade dos marginalizados de entender a linguagem classificatória é menor do que nos outros, vistos o estado de miséria de sua infância e a sua constante exclusão dos mecanismos de engajamento social (Paugam, 1999b, p. 100). Medidas de ajuda econômica, como a renda mínima de inserção (RMI), obtiveram bons resultados e permitiram a algumas pessoas "resgatar um pouco de dignidade" (Paugam, 1999d, p. 75). No entanto, também nesses casos, a falta de instrumentos socioculturais condena os assistidos a permanecerem vinculados à tutela dos serviços sociais e, por isso mesmo, a não sair da definição de pobres. Mas existe um problema classificatório ainda maior. O próprio fato de esse tipo de pobreza ser marginal age de maneira que o debate social desemboque em vias diferentes daquelas que levam para ela. "Na consciência coletiva", os indivíduos que estão na condição de marginalização "são [...] os *inaptos* à civilização moderna" (Paugam, 1999b, p. 99). Então, a pobreza marginal se torna relevante não por constituir um problema social em si, mas por representar um evidente sinal dos "fracassos do sistema" (Paugam, 1999b, p. 99).

Em conclusão, a pobreza é recursiva, "autorreprodutiva", assim como a lógica que está na base da cultura moderna. Em certo sentido, o processo recursivo é uma forma de procedimento tautológico, evidente como verdade, mas estéril do ponto de vista das exigências de mudança. Se os mecanismos tautológicos dessa lógica constituíram, na alvorada da Idade Moderna, a descoberta de um novo princípio de certeza baseado na evidência mental (em vez de ser baseado na imanência do indivíduo concreto), no mundo da prática social eles sofrem frequentemente a degradação classificatória. A tautologia pode se tornar, aqui, uma coação a repetir mecanismos perversos e pode condenar os "classificados" a permanecerem em sua condição, apesar da aparente dinamicidade dos processos.

Referências

- BAUDRILLARD, J. 2007. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 213 p.
- BAUMAN, Z. 1999. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, Zahar, 334 p.
- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 258 p.
- BLAU, P. M. 1956. *Bureaucracy in modern society*. New York, Random House, 180 p.
- BLAU, P. M.; SCOTT, R. W. 1962. *Formal organization: A comparative approach*. San Francisco, Chandler Publishing Company, 312 p.
- BOURDIEU, P. 2007. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP, 556 p.
- BRUNO, G. 2002. *Opere italiane di Giodano Bruno*. Torino, UTET, 904 p.
- CASSIRER, E. 1976. *Storia della filosofia moderna*. Roma, Newton Compton, vol. I, 384 p.

- CASSIRER, E. 1973. *Sostanza e funzione*. Firenze, La Nuova Italia, 616 p.
- CIPOLLA, C.M. 2005. *Le macchine del tempo*. Bologna, Il Mulino, 111 p.
- CIPOLLA, C.M. 1984. *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa, Edições 70, 390 p.
- CROSBY, A.W. 1999. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600*. São Paulo, Unesp, 229 p.
- CROZIER, M. 1981. *O fenômeno burocrático*. Brasília, Universidade de Brasília, 450 p.
- DAVIS, M. 1974. *Computabilità e insolubilità*. Roma, Abete, 269 p.
- GALILEI, 1980. *Opere*. Torino, Utet, vol. II, 851 p.
- GIDDENS, A. 2003. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 458 p.
- GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 77 p.
- HABERMAS, J. 1988. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid, Taurus Ediciones, vol. II, 618 p.
- HARVEY, D. 1992. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 349 p.
- HOFSTADTER, D. R. 1994. *Gödel, Escher, Bach*. Milano, Adelphi, 852 p.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. 1966. *Dialettica dell'illuminismo*. Torino, Einaudi, 278 p.
- JOHNSTON, R.; LAWRENCE, P.R. 1988. Beyond vertical integration – the rise of the value-adding partnership. *Harvard Business Review*, 66(4):94-101.
- KAKU, M. 2004. *Iperspazio*. Savona, Macro, 506 p.
- KOWARICK, L. 2003. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, 18(51):61-85.
- LASH, S. 1997. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: A. GIDDENS; U. BECK; S. LASH, *Modernização reflexiva*. São Paulo, Unesp, p. 135-206.
- LE GOFF, J. 1980. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Editorial Estampa, 392 p.
- LOPES, J.R. 2005. Mundo em descontrole. In: SEMINÁRIO "SOCIEDADE E DESIGUALDADE: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?", Alvorada, 2005. Palestra. Alvorada, ONG Povoação – Educação Cidadã e realizado na Escola Mestre. [Texto não publicado].
- MAUSS, M. 2001. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Ed. 70, 199 p.
- MENDELSON, E. 1981. *Introduzione alla logica matematica*. Torino, Boringhieri, 353 p.
- MERTON, R.K. 1995. *Teoría y estructura sociales*. México, Fondo de Cultura Económica, 774 p.
- PAUGAM, S. 1999a. Abordagem sociológica da exclusão. In: M. VERAS (org.), *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, p. 49-62.
- PAUGAM, S. 1999b. Elementos de comparação da pobreza e da exclusão na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. In: M. VERAS (org.), *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, p. 97-113.
- PAUGAM, S. 1999c. As formas elementares da pobreza nas sociedades europeias. In: M. VERAS (org.), *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, p. 81-96.
- PAUGAM, S. 1999d. O conceito de desqualificação social. In: M. VERAS (org.), *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo, EDUC, p. 63-79.
- PORTER, M.E. 1985. *Competitive advantage*. New York, Free Press, 557 p.
- SELZNICK, P. 1948. Foundations of the theory of organization. *American Sociological Review*, 13(1):25-35.
- RAMOS, L.R.A.; REIS ALMEIDA, J.G. de. 1991. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: J.M. CAMARGO (org.), *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 21-45.
- THOMPSON, E.P. 1967. Time, work-discipline, and industrial capitalism. *Past & Present*, 38(1):56-97.
- WEBER, M. 1999. *Economía y sociedad*. México, Fondo de cultura económica, 1237 p.

Submetido em: 20/12/2008

Aceito em: 25/01/2009